

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CONTRATO Nº 280/2019
CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - ART. 30, II - LEI Nº 13.303/2016 E ART. 116, II
DO RLC DA CESAN
PROCESSO Nº 2019.034599

CONTRATO POR INEXIGIBILIDADE DE
CONTRATAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE
SANEAMENTO - CESAN E A EMPRESA
GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE
PESQUISAS LTDA

Por este instrumento particular, a **COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO**, sociedade de economia mista estadual, sediada na Av. Gov. Bley, 186, 3º pavimento, em Vitória-ES, inscrita no C.N.P.J sob nº 28.151.363/0001-47, doravante designada **CESAN**, e a empresa **GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA**, com sede à Av. Brigadeiro Faria Lima, 4300 – 8 and – Vila Olimpia– São Paulo – SP - CEP 04538-132 , inscrita no CNPJ sob o nº 02.593.165/0001-40, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada Sr. **CESAR VELLOSO DE CARVALHO**, Identidade nº 19.984,363 SSP-SP, CPF nº 514.897.836-87, firmam a presente **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PESQUISA E ACONSELHAMENTO INDEPENDENTE E IMPARCIAL EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES, POR MEIO DE ASSINATURAS, NA FORMA DE ACESSO A UMA BASE DE CONHECIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC**, cujo processo está protocolado na **CESAN** sob o nº **2019.034599**, sujeitando-se as contratantes às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento de Licitações da CESAN, do Código de Conduta e Integridade da CESAN, da Lei Complementar Estadual nº 618/2012, da Lei Complementar Estadual de nº 879/2017, da Lei Federal nº 12.846/2013, e do Decreto Estadual nº 3727-R/2014, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os dispositivos da Lei Federal nº 12.846/2013, e as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

- 1.1 O presente **CONTRATO** tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PESQUISA E ACONSELHAMENTO INDEPENDENTE E IMPARCIAL EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES, POR MEIO DE ASSINATURAS, NA FORMA DE ACESSO A UMA BASE DE CONHECIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC**, sob regime de preços unitários.
- 1.2 Os serviços serão medidos e pagos mensalmente, de acordo com a planilha de preços anexa à proposta da **CONTRATADA** e aceitos pela Fiscalização da **CESAN**.
- 1.3 Os serviços contratados estão em conformidade com os documentos a seguir enumerados: Justificativa técnica da CESAN e Proposta comercial da **CONTRATADA**.

Original devidamente assinado pela autoridade competente

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

- 2.1 Pela prestação dos serviços a **CESAN** pagará à **CONTRATADA** o valor de R\$ 214.866,00 (duzentos e quatorze mil e oitocentos e sessenta e seis reais), referenciado à data de assinatura do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 Os pagamentos serão efetuados preferencialmente na praça de Vitória-ES, em um dos seguintes Bancos: BANESTES, Banco Santander, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, mediante a apresentação à **CESAN**, de notas fiscais, sem emendas ou rasuras, devidamente aprovadas pela Fiscalização da **CESAN**.
- 3.2 O período de medição será mensal, para pagamento em 30 dias contados **do término do período mensal de execução dos SERVIÇOS**.
- 3.3 As notas fiscais, após conferidas, visadas e processadas serão liberadas para pagamento.
- 3.4 Para apresentação de "Notas Fiscais de venda mercantil" (fornecimento de produtos), a **CESAN** irá promover a verificação do destaque a título de ICMS.
- 3.4.1 Pelo fato da **CESAN** não ser contribuinte deste tipo de tributo, as notas fiscais deverão possuir destaque de ICMS com alíquota interna de cada Estado de emissão. Caso a **CONTRATADA** seja pessoa jurídica imune, isenta ou enquadrada no SuperSimples Nacional este destaque é vedado.
- 3.4.2 Produtos que possuem alíquota ou base de cálculo diferenciada para efeito de ICMS devem ser emitidas com registro da base legal que prevê o benefício fiscal no corpo da nota, e quando possível de cópia do referido ato legal.
- 3.4.3 Quando do pagamento das notas fiscais de serviço, a **CESAN** fará as retenções de:
- 3.4.3.1 **PIS/COFINS/CSLL** a alíquota de 4,65% sobre o valor bruto dos serviços, quando pertinente, conforme serviços previstos na IN SRF nº459/04;
- OBS.:** A retenção de PIS/COFINS/CSLL poderá ser realizada inclusive em pagamentos inferiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), conforme permite o novo código civil (Lei 10.406/2002) através dos art.421 ao 435. Caso a **CONTRATADA** seja pessoa jurídica imune, isenta ou enquadrada no Super Simples Nacional esta retenção não será realizada.
- 3.4.3.2 **ISSQN** para os devidos municípios conforme legislação municipal, e observância da Lei Complementar nº116/2003.
- 3.4.3.2.1 Caso seja discriminado no corpo da nota fiscal valores separados referente a mão de obra, materiais e/ou equipamento utilizados na execução dos serviços, a base de cálculo do referido ISSQN poderá ser reduzida conforme legislação municipal vigente.
- 3.4.3.3 **INSS** a alíquota de 11% (onze por cento) do valor bruto de cada nota fiscal para a seguridade social, em atendimento à legislação pertinente, quando ocorra cessão de mão de obra ou empreitada.
- 3.4.3.3.1 Caso seja discriminado no corpo da nota fiscal valores separados referente a utilização de materiais e/ou equipamentos na execução dos serviços, conforme art. 126 da Instrução Normativa nº971/2009, a **CESAN** fará a retenção de 11% (onze por cento) sobre:
- I. O percentual previsto na cláusula de condições específicas: "fórmula de reajuste e composição do contrato" (aplicado sobre o valor bruto dos serviços), em obediência ao art. 121, da Instrução Normativa nº971/2009

Original devidamente assinado pela autoridade competente



da Previdência Social, ou;

II. Na falta do percentual previsto na alínea "I", 50% (cinquenta por cento) do valor bruto dos serviços, em obediência ao Inciso I, do art. 122, da Instrução Normativa nº971/2009 da Previdência Social.

3.4.3.3.2 Caso a **CONTRATADA** seja sociedade cooperativa ou pessoa jurídica isenta (art. 149 da IN INSS 971/2009) esta retenção não será realizada.

3.4.3.3.3 Quando da emissão da nota fiscal, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção a título de "**RETENÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL**", nas condições do parágrafo 4.6.1.3 ou 4.6.1.3.1, quando pertinente.

3.4.3.3.4 O destaque do valor retido deverá ser demonstrado após a descrição dos serviços prestados, como parcela dedutível apenas para produzir efeito no ato da quitação da nota fiscal, ou seja, não deverá ser deduzida do valor do respectivo documento, devendo ser apenas um simples destaque a fim de que não se altere a base de cálculo de qualquer tributo que incida sobre o valor bruto.

3.4.3.3.5 Ao efetuar o recolhimento do valor retido, a **CESAN** poderá encaminhar cópia da GPS à **CONTRATADA** após solicitação formal.

3.4.3.3.6 A Divisão de Contratos e Convênios da **CESAN** poderá alterar as condições estabelecidas para retenção de INSS em casos excepcionais, quando o serviço for prestado na área de construção civil, ou quando este ferir a legislação tributária em vigor.

3.4.4 Caso a **CONTRATADA** detenha algum tipo de dispositivo legal (mandado de segurança coletivo ou individual) que prevê a abstenção da retenção de tributos federais, o pagamento das notas fiscais ficam condicionados, por parte da **CONTRATADA**, da apresentação da Certidão de Objeto e Pé referente ao processo que deu causa ao mandado, obrigatoriamente em todas as medições, e com validade hábil.

3.5 Os pagamentos de notas fiscais de serviço (ou conjunta), ficam condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos Federais (Conjunta SRF e PGFN), em todas as medições;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS, em todas as medições;
- c) CNDT (Certidão negativa de Débitos Trabalhistas), em todas as medições;

3.6 Ocorrendo erros na apresentação das notas fiscais, as mesmas serão devolvidas à **CONTRATADA** para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, sem que isto gere encargos financeiros para a **CESAN**.

3.7 A **CESAN** poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela **CONTRATADA** em decorrência de inadimplemento do contrato.

3.8 Os valores correspondentes às notas fiscais vencidas e não pagas pela **CESAN** na forma contratual, sofrerão a incidência de juros de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitada a sua aplicação ao valor total desta, embasados no Código Civil Brasileiro. Os pagamentos dos juros de mora serão efetuadas pela **CESAN** em sua Tesouraria, contra apresentação de nota de débito contendo o número do **CONTRATO** e Notas Fiscais correspondentes.

3.9 Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria) após a assinatura deste **CONTRATO**, que reflita comprovadamente nos preços ora contratados, facultará às partes a sua revisão para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo, observado a legislação vigente.

Original devidamente assinado pela autoridade competente



- 3.10 Na hipótese de ocorrência de Reclamações Trabalhistas ou Ações Judiciais relacionadas aos SERVIÇOS objetos da presente contratação, em que a **CESAN** for indicada pelo reclamante como RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIA, serão deduzidos mensalmente dos créditos da **CONTRATADA**, indiferente da origem contratual, a totalidade dos gastos incorridos no período, para a promoção da defesa ou acompanhamento do processo, tais como passagens, deslocamentos, estadas, diárias, custo hora dos empregados da **CESAN** e valor dos honorários advocatícios e outros por ela eventualmente pagos.
- 3.11 À exceção de determinação judicial, os pagamentos e/ou créditos originários desta contratação, serão realizados em nome exclusivo da **CONTRATADA**, ficando estabelecido a inaplicabilidade de sua cessão a terceiros, conforme faculta o Código Civil de 2002 em seu artigo 286 e seguintes.
- 3.12 A falta de comprovação de regularidade quanto às obrigações previdenciárias e trabalhistas, implicará na retenção dos pagamentos devidos pela CESAN até que seja regularizada a situação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

- 4.1 A vigência do **CONTRATO** será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com art.131, do RLC, desde que ocorrida alguma das hipóteses previstas nos art. 133 e seguintes do RLC, com as devidas justificativas por escrito.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

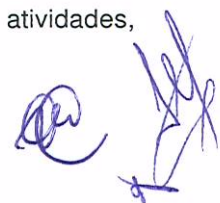
- 5.1 Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este **CONTRATO** vêm de recursos próprios da **CESAN**.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Compete à **CONTRATADA**:

- 6.1.1 Executar os serviços para a **CESAN**, obedecendo às especificações, aos itens, subitens, às condições gerais e específicas.
- 6.1.2 Executar todos os serviços contidos nas planilhas de preços anexas às propostas da empresa **CONTRATADA**.
- 6.1.3 Como única empregadora do seu pessoal, compromete-se a assegurá-lo contra risco de acidentes de trabalho e a observar rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e previdenciárias ou correlatas, em vigor no País.
- 6.1.4 Será a única responsável pela execução dos serviços de que trata a Cláusula Primeira deste **CONTRATO** e responderá pela quantidade, qualidade e cumprimento de prazos, obedecendo às condições constantes deste **CONTRATO** e seus anexos.
- 6.1.5 Providenciar para que o serviço objeto seja prestado em perfeito estado, com a segurança necessária, garantindo a entrega no local indicado pela **CESAN**, sem quaisquer danos ou ônus adicionais para a contratante;
- 6.1.6 Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes à entrega e à execução do objeto contratado, ou com ele relacionado;
- 6.1.7 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CESAN** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste **CONTRATO**.
- 6.1.8 Fornecer todas as informações solicitadas pela **CESAN**, relativas às suas atividades, observando os padrões internos da **CESAN**.

Original devidamente assinado pela autoridade competente



6.1.9 Responsabilizar-se pelos danos, provenientes de sinistros, à todas as ferramentas e equipamentos disponibilizados à contratante durante a execução do presente contrato.

6.1.10 Respeitar as normas internas da **CESAN**.

6.1.11 Não revelar nenhuma informação confidencial ou de propriedade da **CESAN**, relacionada com os SERVIÇOS, as atividades, os negócios, as operações da **CESAN**, o CONTRATO ou informações disponibilizadas para a execução do objeto contratado, sem prévio consentimento da contratante.

6.1.12 Não fazer uso ou revelação, sob qualquer justificativa, a respeito de informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade da CESAN aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços conforme Declaração de Confidencialidade.

6.1.13 A **CONTRATADA** ainda se obriga a:

- a. responder de maneira absoluta e inescusável pela perfeição técnica dos serviços, refazendo às suas expensas aqueles não aceitos pela Fiscalização, utilizando para tanto os equipamentos e pessoal qualificado apresentado em conformidade com a proposta;
- b. cumprir as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, as leis, regulamentos e posturas municipais, bem como as normas de saúde, de segurança do trabalho, de segurança pública adequadas e de meio ambiente;
- c. substituir qualquer empregado ou preposto que não esteja atuando corretamente nos serviços, no prazo de até 48 horas após o recebimento da solicitação pela **CESAN**;
- d. não transferir, no todo ou em parte, a execução dos serviços, salvo com expresso assentimento da **CESAN**;
- e. manter os seus empregados devidamente uniformizados, sempre limpos e identificados com crachás;
- f. efetuar o pagamento de seus empregados no prazo determinado por lei, não o vinculando ao recebimento das notas fiscais/faturas; a remuneração de seus empregados deverá estar de acordo com a categoria sindical a que estiverem filiados;
- g. dotar os seus empregados de equipamentos de proteção individual, quando necessário, conforme preceitua as normas de Medicina e Segurança do Trabalho;
- h. utilizar, na execução dos serviços contratados, pessoal que atenda, dentre outros, aos seguintes requisitos: boa qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas e bons princípios de urbanidade;
- i. deverá registrar as ocorrências presentes durante a execução deste CONTRATO, de tudo dando ciência à **CESAN**, respondendo integralmente por sua omissão;
- j. manter, durante toda execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas contratação.

6.2 Compete à **CESAN**:

6.2.1 Prestar à **CONTRATADA** todas as informações julgadas necessárias, quando solicitadas.

6.2.2 Responsabilizar-se pela Fiscalização e acompanhamento dos **SERVIÇOS** objeto do **CONTRATO**.

6.2.3 Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** na forma estipulada na **CLÁUSULA QUINTA** deste **CONTRATO**.

6.2.4 Dirimir dúvidas, quando necessário.

6.2.5 Permitir o livre acesso dos empregados e prepostos da **CONTRATADA**, devidamente credenciados, para execução dos SERVIÇOS inerentes a este CONTRATO, respeitados os critérios de sigilo aplicáveis.

6.2.6 Notificar a empresa **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos SERVIÇOS para que sejam adotadas as medidas corretivas

Original devidamente assinado pela autoridade competente



necessárias.

- 6.2.7 Fornecer as especificações técnicas referentes aos SERVIÇOS contratados.
- 6.2.8 Receber as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados pela contratada e devidamente aprovados pela Fiscalização da **CESAN**, em duas vias, sem emendas ou rasuras.
- 6.2.9 Promover os pagamentos mensais discriminados na Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados pela contratada e devidamente aprovados pela Fiscalização da **CESAN**.
- 6.2.10 Fornecer toda a infraestrutura necessária para instalação e funcionamento dos equipamentos, como local físico, tomadas elétricas e pontos de acesso à rede.
- 6.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 6.2.12 Validar, após a prestação de cada serviço, o seu funcionamento, na presença e com a assistência de técnico da Contratada.
- 6.2.13 Notificar a Contratada para que corrija os problemas identificados nos serviços realizados, salvo quando ocasionados pela **CESAN**.
- 6.2.14 Emitir "Termo de Aceite" para cada serviço realizado, depois da devida aprovação.
- 6.2.15 Responder todos os questionamentos da contratada num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

- 7.1 Este **CONTRATO** poderá ser rescindido nos casos definidos no art. 173 do RLC (Regulamento de Licitações da Cesan).

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

- 8.1 A Fiscalização dos **SERVIÇOS** objeto deste **CONTRATO** ficará a cargo da **GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – A-GTI** através da **DIVISÃO DE SUPORTE E INFRAESTRUTURA – A-DSI** e da **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS – A-DDS** da **CESAN**.

- 8.2 Quando do recebimento das notas fiscais e dos pagamentos, a Fiscalização promoverá uma conferência preliminar da documentação prevista na cláusula de pagamento, que constará de:

- a) Verificação da data de emissão e de validade do CRF do FGTS e da certidão conjunta da SRF/PGFN e CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- b) Verificação se a medição e faturamento estão a preços iniciais.
- c) Verificação se no campo "Descrição dos SERVIÇOS", no anverso da nota fiscal consta o número do CONTRATO, período de medição e descrição do objeto.

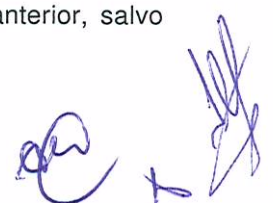
- 8.3 A **CONTRATADA** manterá registro individualizado que permita a verificação do fator determinante da receita e do tempo efetivo de arrendamento nos termos da Lei nº 6099/74.

- 8.4 Este contrato durante toda sua vigência subordinam-se ao controle e fiscalização do Banco Central do Brasil, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a elas se aplicando, no que couber, as disposições da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e Resolução CMN nº 2309/96, e demais legislações relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

9. CLÁUSULA NONA - SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

- 9.1 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos SERVIÇOS até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do CONTRATO, desde que dentro do escopo contratado, atualizado nos termos da lei nº13.303/2016 e do RLC.
- 9.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo supressões resultantes de acordo entre as contratantes.

Original devidamente assinado pela autoridade competente



10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTAMENTO

- 10.1 Os preços serão **fixos e irrevogáveis** pelo período de **01 (um) ano** a partir da data limite de apresentação da proposta ou da data do último reajustamento, admitindo-se, entretanto, o reajustamento após esse período. Na oportunidade, serão utilizados para efeito de reajustamento, os índices setoriais compatíveis com o objeto licitado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = Vf \times \frac{(I1 - I0)}{I0}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

Vf = Valor da Nota Fiscal a preço inicial do CONTRATO (P0).

I = Índice da Coluna 02 do IGP-DI da FGV.

Índice com indicador "1" = Relativo ao mês de concessão do reajustamento.

Índice com indicador "0" = Relativo ao mês de assinatura do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTRO

- 11.1 Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente **CONTRATO**, fica estabelecido que este instrumento prevalecerá como regulador dos **SERVIÇOS** ora contratados, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente trocada entre a **CESAN** e a **CONTRATADA**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRIBUTOS

- 12.1 Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria) após a assinatura deste **CONTRATO**, que reflita comprovadamente nos preços ora contratados, facultará às partes a sua revisão para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo, observada a legislação vigente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

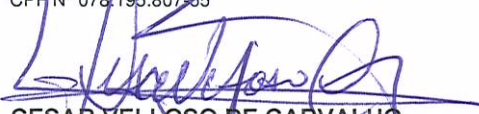
- 13.1 Elegem, as partes, o Foro da Comarca de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente **CONTRATO**.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Vitória/ES, 30 de dezembro de 2019.


WEYDSON FERREIRA DO NASCIMENTO
DIRETOR ADMINISTRATIVO E COMERCIAL
CPF Nº 078.195.807-55


PATRICK BARBOSA DA SILVA
GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CPF Nº 056.381.837-95


CESAR VELLOSO DE CARVALHO
REPRESENTANTE LEGAL CONTRATADA
CPF Nº 514.897.836-87

TESTEMUNHAS

1ª

2ª

 **ALEXANDRE DUARTE** 912.349.307-06

Original devidamente assinado pela autoridade competente

Vitória (ES), Sexta-feira, 24 de Janeiro de 2020.

abaixo descritos para compor a Comissão Permanente de Licitação para Obras de Edificações (CPL) do DER-ES:

Membros Titulares: Luiz Carlos Salles Rodrigues; Simone da Conceição Rangel; Anelise Vargas André Moura.

Membros Suplentes: Walcir Gonçalves da Silva; Gustavo Bragança Rangel.

Art. 2.º - A Comissão Permanente de Licitação será presidida pelo servidor e membro **Luiz Carlos Salles Rodrigues**, que será substituído nos seus impedimentos e ausências pelo membro **Walcir Gonçalves da Silva**.

Art. 3.º - **SUBSTITUIR** a Comissão anterior nos procedimentos das licitações em andamento.

Art. 4.º - Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

**ENG. LUIZ CESAR
MARETTA COURA**

**Diretor-presidente do DER-ES
Protocolo 557541**

**Secretaria de Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos
- SEAMA -**

**Instituto Estadual de Meio
Ambiente e Recursos Hídricos
- IEMA -**

10ª CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

Processo Seletivo Simplificado de Contratação em Designação Temporária -

Edital nº 02/2018 - IEMA

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IEMA, no uso de suas atribuições legais, torna público o **10ª CONVOCAÇÃO FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO**, objeto do Edital nº 002/2018 para contratação de servidores em designação temporária para o cargo de **Agente de Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos**. A Convocação estará disponível a partir das 10 horas do dia 24 de janeiro de 2020, no endereço eletrônico www.selecao.es.gov.br.

Cariacica/ES, 22 de dezembro de 2020.

**ALAIMAR RIBEIRO
RODRIGUES FIUZA**

**Diretor Presidente - IEMA
Protocolo 557708**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento - SEDES -

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo - IPEM-ES -

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 006, DE 23 DE JANEIRO DE 2020.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESPÍRITO SANTO - IPEM-ES, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 8º da Lei Complementar n.º 343, de 15 de dezembro de 2005,

**Secretaria de Estado de
Saneamento, Habitação e
Desenvolvimento Urbano -
SEDURB -**

**Companhia Espírito Santense
de Saneamento - CESAN -**

RESUMO DO CONTRATO Nº 280/2019

CONTRATANTE: COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CONTRATADO: GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PESQUISA E ACONSELHAMENTO INDEPENDENTE E IMPARCIAL EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES, POR MEIO DE ASSINATURAS, NA FORMA DE ACESSO A UMA BASE DE CONHECIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC. **VALOR:** R\$214.866,00 (duzentos e catorze mil oitocentos e sessenta e seis reais). **PRazo DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** 12 (doze) meses. **FONTE DE RECURSOS:** Receita própria da CESAN.

REF: Protocolo 2019.034599.

Vitória, 30 de dezembro de 2019.

WEYDSON F. DO NASCIMENTO
Diretor Administrativo e Comercial
Protocolo 557485

ERRATA

A Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN torna público que relativamente ao resumo da OF0033/2019, PEL 041/2018 - Protocolo: 2019.024615, publicado em 10/09/2019, neste Diário, informa:

Onde se lê:

FONTE DE RECURSOS: Receita própria da CESAN.

Leia-se:

FONTE DE RECURSOS: Contrato de Financiamento nº 0484.132-10 - Ampliação da ETE de Manguinhos - Serra - ES, Caixa/FGTS.

Vitória, 22 de janeiro de 2020.

Jeferson Dias Toledo.
Gerente de Logística da CESAN.

Protocolo 557442

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o fracionamento de férias do servidor do Instituto de Pesos e Medidas do Espírito Santo - IPEM-ES, relativas ao exercício de 2019.

Nome	Nº Funcional	Período	Excluir	Incluir
Beatriz Oliveira Montes	3601722	1º	05/2020	10/2020
		2º	10/2020	01/2021

Art. 3º Esta instrução de serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO PINHEIRO
Diretor Geral do IPEM/ES

Protocolo 557605

ERRATA

Na Instrução de Serviço nº 135, publicada em 06 de Dezembro de 2019,

Onde se lê:

"... 09/02/2019..."

Leia-se:

"...07/02/2020..."

Vitória, 23 de Janeiro de 2020

Rogério Pinheiro
Diretor Geral do IPEM-ES
Protocolo 557602

**Banco de Desenvolvimento do
Espírito Santo - BANDES -**

**CNPJ Nº 28.145.829/0001-00
ERRATA**

O BANDES S/A divulga que no Edital de Primeiro e Segundo Públicos Leilões nº 44/2019, publicado no DIOES e Jornal Metro no dia 20/01/2020, págs. 28 e 12, respectivamente,

onde se lê:

"**Edital completo - <http://www.bandes.com.br/editais/leilao> de imóveis - tel.: 27 3331.4459**"

leia-se:

"**Edital completo - <https://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show/315/Leilao-de-Imoveis>**
Tel.: 27 3331.4359"

**Rivadavia Artur
Mascarenhas Campos
Leiloeiro de Alienação Fiduciária
Protocolo 557601**

**Agência de Regulação de
Serviços Públicos - ARSP -**

**AVISO - CONSULTA PÚBLICA
ARSP Nº 001/2020**

O Diretor Geral da Agência de Regulação de Serviços Públicos - ARSP, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o estabelecido no § 3º, do artigo 18, da Lei Complementar nº 827/2016.

COMUNICA

Aos usuários, agentes e demais interessados, que foi aberta a Consulta Pública ARSP Nº 001/2020, tendo por objetivo recolher contribuições e informações que subsidiarão a proposta de resolução que **estabelece novos critérios para determinação do volume de esgoto a faturar em**

imóveis com fonte alternativa de abastecimento de água, com período para envio de contribuições de **24/01/2020 a 14/02/2020. DA PARTICIPAÇÃO**

O regulamento desta Consulta Pública, o modelo para envio de contribuições, assim como os critérios e procedimentos para participação estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.arsp.es.gov.br, guia "Consultas e Audiências Públicas" item "Consultas Públicas".

As contribuições sobre a minuta devem ser redigidas conforme o Regulamento da Consulta Pública nº 001/2020, podendo ser enviadas por meio do e-mail consultapublica@arsp.es.gov.br até às 23h59min do dia 14 de fevereiro de 2020, ou protocolada na sede da ARSP, localizada na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955, Sala 401, Enseada do Suá, Vitória/ES, das 08h às 17h.

As manifestações recebidas serão registradas e consolidadas em relatório circunstanciado, que será disponibilizado na página da ARSP na internet, podendo também ser consultado em sua sede.

MUNIR ABUD DE OLIVEIRA
Diretor Geral

Protocolo 557504

**AVISO - CONSULTA PÚBLICA
ARSP Nº 002/2020**

O Diretor Geral da Agência de Regulação de Serviços Públicos - ARSP, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o estabelecido no § 3º, do artigo 18, da Lei Complementar nº 827/2016.

COMUNICA

Aos usuários, agentes e demais interessados, que foi aberta a Consulta Pública ARSP Nº 002/2020, tendo por objetivo recolher contribuições e informações que subsidiarão a proposta de resolução que **dispõe sobre as normas para a padronização, implementação e operação do Sistema Automático de Arrecadação de Pedágio, nas rodovias estaduais concedidas e reguladas pela Agência de Regulação de Serviços Públicos - ARSP**, com período para envio de contribuições de **24/01/2020 a 14/02/2020. DA PARTICIPAÇÃO**

O regulamento desta Consulta Pública, o modelo para envio de contribuições, assim como os